

TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO NA REGIÃO DO CONTESTADO

Territory and patrimony in Contestado region

Territorio y patrimonio en la región Contestado.

Dominique Antoine¹
Wagner Roberto Do Amaral²

Recebido em: dezembro de 2018

Aceito e publicado em: dezembro de 2019

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a não-patrimonialização da herança da população cabocla pelos governos dos estados do Paraná e Santa Catarina, bem como do governo federal. Surge do questionamento sobre as características da relação entre o patrimônio e o território, na compreensão de que são dois elementos consubstanciais e inseparáveis. Assim, entendemos que o patrimônio dos Caboclos participa na territorialização da região do Contestado. Como procedimento metodológico, utilizamos a revisão de literatura e a observação participante. Nossa análise nos permite entender que o desprezo dos governos estaduais da região e do governo federal está relacionado à própria missão do Estado, na medida em que este está vinculado organicamente à classe dominante. No entanto, apesar da precariedade dos municípios da região, sem o apoio dos governos estaduais da região do Contestado e do governo federal, dos municípios em conjunto com algumas organizações da sociedade civil local, rompem o silêncio e lutam pela patrimonialização de sua herança.

Palavras chaves: Territorialização; Patrimonialização; População do Caboclo.

Abstract: *This article aims to analyze the non-patrimonialization of the heritage of the cabocla population by the government of the states of Paraná and Santa Catarina, as well as the federal government. Our examination of the relationship between heritage and territory allowed us to identify that they are consubstantial and inseparable elements. Thus, we understand that the heritage of the caboclos participates in the territorialization of the Contestado region. As a methodological procedure, we used the literature review and participant observation. Our analysis allowed us to understand that the contempt of state governments in the region and the federal government is related to the state's mission, as it is organically linked to the ruling class. However, despite the precariousness of the region's municipalities, without the support of the Contestado region state governments and the federal*

¹Graduação em Serviço Social e Mestrado em Política da Infância e Juventude pela Universidade Estado do Haiti e Mestrando em Serviço Social e Política social pela Universidade Estadual de Londrina.

² Professor da Gestão de Educação no Departamento do Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina.

government, the municipalities, together with some local civil society organizations, break the silence and fight for the patrimonialization of their heritage.

Keywords: *Territorialization; patrimonialization; population of Caboclo*

Resumen: *Este artículo tiene por objetivo analizar la no-patrimonialización de la herencia de la población cabocla por parte de los gobiernos de Paraná y Santa Catarina, así como del gobierno federal. Nuestro cuestionamiento sobre la relación entre patrimonio y territorio nos permite identificar que son dos elementos consustanciales e inseparables. Así, entendemos que el patrimonio de los caboclos participa en la territorialización de la región del Contestado. Como procedimiento metodológico, utilizamos la revisión de la literatura y la observación participante. Nuestro análisis nos permite comprender que el desprecio de los gobiernos estatales en la región y del gobierno federal está relacionado con la propia misión del Estado, que está orgánicamente vinculado a la clase dominante. Sin embargo, a pesar de la precariedad de los municipios de la región, que no cuentan con el apoyo de los poderes de los estados de la región de Contestado ni del gobierno federal, los municipios, junto con algunas organizaciones de la sociedad civil local, rompen el silencio y luchan por el reconocimiento de su patrimonio.*

Palabras-clave: *territorialización; patrimonialización; Población Cabocla*

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de reflexões realizadas nas atividades do programa de pós-graduação em Serviço Social e Política Social, tendo como referência, estudos da lógica territorial na gestão das políticas sociais realizados na Universidade Estadual do Londrina, assim como de pesquisa de campo realizada na região do Contestado no final de semestre 2018. Este artigo visa analisar a não-patrimonialização³ dos patrimônios da população cabocla⁴ pelos governos dos estados do Paraná e Santa Catarina e pelo governo federal. A formação do espaço territorial da população cabocla do interior do Paraná e Santa Catarina foi marcada por numerosos conflitos, que ficaram conhecidos como Guerra do Contestado, e tinham como objetivo a luta pela terra, pelo bem-estar, pela dignidade humana e pelo território (TEIDER e FRAGA, 2017).

Algumas organizações da sociedade civil e dos municípios da região do Contestado lutam pela patrimonialização de suas heranças históricas e culturais, a fim de evidenciar a resistência dos Caboclos e as marcas deixadas por essa guerra na região. No entanto, essa guerra que causou a morte de milhares de caboclos é quase desconhecida na história nacional do Brasil. Dessa forma, tomando como base a não patrimonialização ou a ausência de investimentos e ainda o silêncio

³ Segundo Abdelghani (2008), a patrimonialização é o processo sociocultural, jurídico ou político pelo qual um espaço, um bem ou uma prática se transforma em objeto de patrimônio natural ou cultural digno de conservação e restauração. Este é um termo técnico recentemente criado para designar um processo para levar o patrimônio em consideração.

⁴ Caboclo é o nome dado ao Brasil para designar os descendentes da população indígena e não indígena. Para este propósito, é um dos "sub-grupos étnicos" resultantes dos processos de cruzamento que ocorreram no país durante o período de colonização. Disponível em: <https://www.significados.com.br/caboclo>.

em relação aos fatos dessa história, indagamos neste trabalho o porquê o desprezo da patrimonialização da herança dos Caboclos por parte dos governos dos estados de Paraná e Santa Catarina e governo federal.

Inicialmente, localizamos e apresentamos uma breve história da região do contestado, que nos permitiu situá-lo territorialmente E, em seguida, analisamos o sentido polissêmico do conceito de território, destacando as relações de poder nele existentes como um espaço socialmente construído. Assim, estabeleceu-se a vinculação entre o território usado pela população cabocla e seu patrimônio material e imaterial. Nesse sentido, a herança de um povo não é um fato histórico e cultural isolado de seu território. Pelo contrário, o patrimônio é o elemento material e imaterial que participa da construção social de seu território. Portanto, buscou-se evidenciar como o patrimônio dos Caboclos é parte integrante da construção de seu próprio território e de sua vida cotidiana. Finalmente, explicitamos o desprezo dos poderes dos estados da região e do governo federal pelo patrimônio dos caboclos, apesar de sua prerrogativa constitucional que consiste em valorizar e preservar o patrimônio de todos os grupos étnicos da população brasileira.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo é de natureza qualitativa, construído por meio de procedimentos metodológicos em duas etapas: a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo. A revisão bibliográfica considerou pesquisas relacionadas às temáticas do território e patrimônio por meio de artigos, relatórios de pesquisa, livros, dissertações, periódicos produzidos por autores brasileiros e outros intelectuais, uma vez que a consideração de estudos já realizados nesses termos é importante para orientar nossa reflexão. Buscamos realizar uma análise conceitual estabelecendo relações entre o território e patrimônio a partir da análise dos autores: HAESBAERT, 2007; BOURDIEU, 1998; BONNEMAISON, 2002; VERNIERES, 2012 e ALDHUY, 2018.

Cabe destacar que, nas discussões teóricas, não se pretendeu trilhar um caminho com uma única abordagem. Os conceitos de território e patrimônio foram analisados em uma perspectiva multidimensional, ou seja, nas perspectivas econômicas, políticas, sociais, culturais e antropológicas. Contudo, priorizamos o aspecto cultural do pensamento de Bonnemaïson (2002), que estabelece uma relação entre o território e a identidade cultural. Isso nos permitiu destacar como a história e a identidade cultural dos Caboclos participam na construção de seu território.

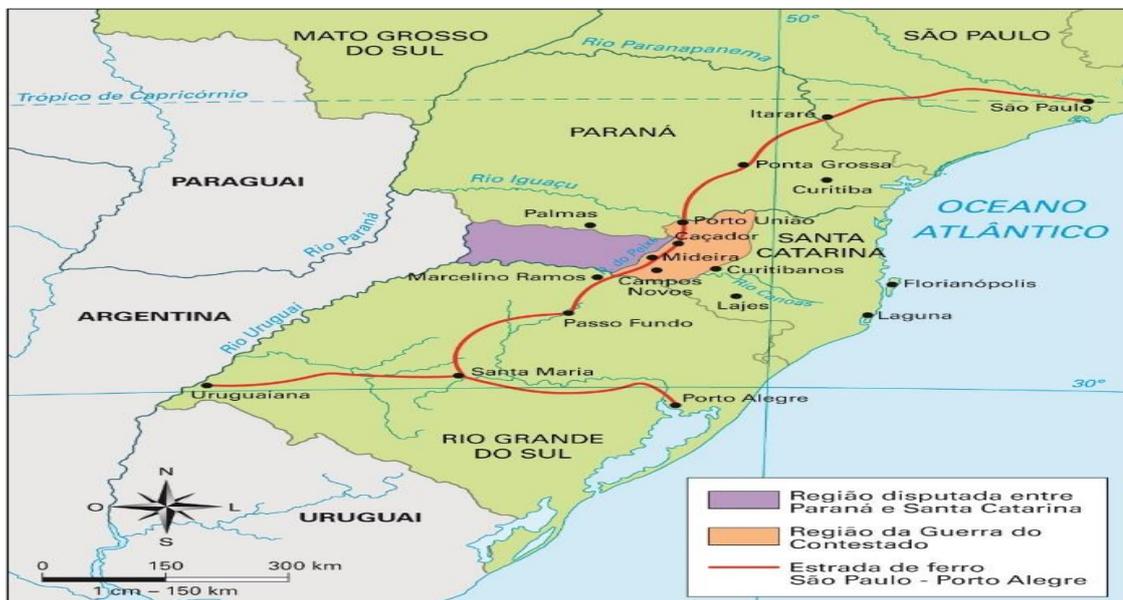
A pesquisa de campo realizou-se por meio do método de observação participante e do registro fotográfico. Destacamos o levantamento de dados empíricos por meio do registro fotográfico na região do Contestado no mês de junho de 2018. O registro fotográfico tem um importante papel na ilustração da patrimonialização das heranças dos Caboclos determinando as especificidades da região do Contestado. Os dados empíricos coletados nos permitiram analisar o desprezo da patrimonialização da herança dessa população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Localização geográfica e breve história da guerra da região do contestado

A região chamada de Contestado se situa a 700 quilômetros de Londrina/PR e está localizada entre a região sudoeste do Paraná e a região norte de Santa Catarina, no sul do Brasil. Esses dois estados brasileiros são separados, na região, pela ferrovia entre as cidades de União da Vitória e Porto União. Para uma compreensão mais ampla da região, consideramos necessário apresentar a localização da figura geográfica da guerra do Contestado.

Figura 1: Localização geográfica da guerra do contestado



Fonte: <https://image.slidesharecdn.com>

É nesse espaço geográfico descrito com destaque na Figura 1 que ocorreu o conflito territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Foi uma guerra armada que durou cerca de quatro anos (FRAGA, 2015), iniciada em outubro de 1912 e finalizada em agosto de 1916. Essa

guerra envolveu os Caboclos que defenderam seu território contra as forças militares federais e estaduais.

De acordo com Fraga (2015), a Guerra do Contestado foi um episódio complexo causado por fatores sociais, econômicos, culturais e religiosos. Nessa linha, Kaiser (2014) aponta que uma das razões que provocaram a revolta dos Caboclos foi a entrada do capital estrangeiro na região, por meio da construção de uma ferrovia entre São Paulo e Rio Grande do Sul, por uma empresa norte-americana, contando com o apoio de coronéis e poderes políticos na região. Como resultado, milhares de famílias camponesas perderam suas terras, e houve aumento exacerbado do desemprego na região. A expulsão dos Caboclos de suas terras foi um dos principais motivos para a revolta. Um grupo de pessoas relacionadas com as empresas norte-americanas de construção ferroviária comprou uma parte significativa da região, com o objetivo de criar uma fábrica de grande porte de madeira para exportação (LAZARIN, 2005).

A expulsão de caboclos de suas terras criou uma condição favorável para o surgimento de lideranças. Para isso, o Beato José Maria⁵ tornou-se um dos líderes emblemáticos da região. Ele sensibilizou o povo para a criação de um novo mundo, no qual eles pudessem viver em paz, reunindo milhares de apoiadores, principalmente caboclos sem-terra. Coronéis da região e autoridades dos governos federal e estaduais estavam preocupados com a capacidade de mobilização política e religiosa do Beato, acusando-o de bandido e inimigo da nação e perturbador da ordem pública (LAZARIN, 2005).

Para restaurar a ordem, o governo enviou policiais e soldados do exército para dismantlar o movimento. O confronto entre os Caboclos e as forças armadas causou a morte de aproximadamente seis mil pessoas, sendo essa guerra um dos episódios mais cruéis da história do Brasil (KAISER, 2014). Vale ressaltar que, ao final da construção da ferrovia, o desemprego aumentou na região. Caboclos expropriados de suas terras não encontraram apoio do Estado. Como resultado, eles foram levados para outros territórios do país.

A Guerra do Contestado foi uma guerra injusta, sendo um massacre do Estado contra a sua própria população. Pode-se dizer que essa guerra provocou a desterritorialização⁶ dos camponeses caboclos expropriados de suas terras. No entanto, eles formaram novas territorialidades, a partir do momento em que foram transferidos para outros territórios

⁵Segundo Fraga (2015), José Maria foi um profeta de caboclos e caboclas, que pregava a palavra de Deus, que aconselhava os aflitos, abençoavam o povo e suas propriedades, cuidava e curava os doentes e curava com ervas e plantas nativas.

⁶Segundo Haesbaert (2004), geograficamente, não há desterritorialização sem reterritorialização pelo simples fato de que o homem é um "animal territorial". O que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a experiência concomitante de vários territórios, a configuração de uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento.

brasileiros. Um processo que favoreceu a reterritorialização desses camponeses sem terra em outras regiões do país.

Essa guerra terminou após a assinatura de um acordo entre os estados do Paraná e Santa Catarina e mostra, historicamente, como o Estado brasileiro tem tratado as manifestações da questão social⁷. O fenômeno da Guerra do Contestado revela que os interesses financeiros de grandes corporações sempre foram maiores do que as necessidades da população mais pobre. Por isso, com o apoio do Estado, os coronéis lutaram e reprimiram o movimento dos Caboclos.

O fim da guerra marcou a delimitação geográfica desses dois estados, quando surgiram novas relações de poder entre eles. É nessa perspectiva que a primeira página desse acordo datada de 20 de outubro de 1916 menciona: “os estados de Santa Catarina e do Paraná inspirados no amor, à paz da República e na harmonia, confiança e amizade que os devem unir, como membros da mesma pátria no sentido de pôrem terno, por meio de um acôrdo, à questão de limites em que há longos anos estão empenhados”

Esse acordo foi aprovado, respectivamente, pela Assembleia Legislativa e pelo Congresso Nacional Brasileiro. A ferrovia entre os municípios de União da Vitória (estado do Paraná) e Porto União (estado de Santa Catarina) marcou a demarcação da construção territorial desses dois estados, que, conforme os termos, deveriam viver em “paz e amor”. Apesar da importância desse acordo, a compreensão do território da região do Contestado excede à uma delimitação geográfica. O território tem um sentido mais amplo que pode nos ajudar a entender melhor a territorialização do patrimônio histórico dos Caboclos na região do Contestado.

Relação entre território e territorialidade

Para entender a territorialização do patrimônio dos Caboclos é fundamental refletir e compreender a historicidade do conceito de território, seu sentido, sua forma e sua relevância. Essa abordagem permitirá situar os diferentes termos de territorialidade no campo do patrimônio, enfatizando sua importância de valorização pelos poderes públicos. Assim, nossa análise está mais focada com a territorialidade, ou seja, com o processo de territorialização do patrimônio do que com o território. No entanto, antes de tratar o conceito de territorialidade, apresentamos algumas abordagens conceituais a respeito do território.

De acordo com Haesbaert (2007), território e territorialidade referem-se à espacialidade humana. Assim, de um domínio para outro, o conceito de território tem um sentido diferente. Os

⁷ A questão social esta associada às dimensões políticas, econômicas, sociais e ideológicas que se refere a uma correlação definida de forças entre as classes, inserida no contexto mais amplo do movimento social de luta pela hegemonia (PASTORINI 2004).

geógrafos tendem a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve incluir a interação entre natureza e sociedade). A ciência política, por outro lado, enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria dos casos, ligadas à concepção do Estado).

A economia prefere a noção de espaço ao território. Muitas vezes é percebido como um fator de localização ou como uma das bases da produção e como uma força produtiva. A antropologia, por sua vez, reflete em sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das chamadas sociedades tradicionais. E, finalmente, a sociologia se concentra nas relações sociais em um sentido amplo, e a psicologia acaba integrando-a ao debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal (ALDHUY, 2008).

As diferenças de sentido do conceito de território devem ser abordadas na dimensão de multidimensionalidade, ou seja, o território deve ser apreendido através de suas dimensões política, econômica, cultural e natural, que estão embutidas em relações conflitantes inerentes à sociedade. Nessa perspectiva, Bourdieu (1980) avança na sua reflexão, uma vez que, para ele, o território estaria em uma situação hegemônica, servindo, por um lado, como uma ferramenta de legitimação política e científica e, por outro lado, como uma ferramenta de regulação social através de sua capacidade de reproduzir a organização social. A definição de Bourdieu abre o caminho para uma perspectiva muito mais crítica e objetiva. Além disso, nos remete diretamente à noção de territorialidade.

A abordagem de Bourdieu (1980) nos lembra da percepção de que o território é um espaço socialmente construído com relações de poder. Para tanto, podemos afirmar que a valorização de um território depende das relações de poder nele existentes. Para Aldhuy (2009), a territorialidade chama a atenção para as sociedades à medida que se formam e se reproduzem. Para esse autor, a territorialidade faz parte de uma perspectiva construtivista em que as realidades sociais são apreendidas como construções históricas e cotidianas de atores individuais e coletivos.

Haesbaert (2007) apresenta uma análise muito mais aprofundada sobre a territorialidade. Para o autor, a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, também diz respeito às relações econômicas e culturais porque está intimamente relacionada ao modo como as pessoas usam a terra, como se organizam no espaço e como dão sentido ao lugar. Nessa perspectiva, a territorialidade é um componente do poder que pode levar à territorialização do patrimônio de um povo.

Bonnemaison (2002) aborda a territorialidade em relação à identidade cultural, estando ligada ao senso de identidade cultural baseado na ideia de uma origem e de interesses comuns entre a população de um povo, seja por descendência comum, seja por sua história assumida

coletivamente. Assim, a definição de Bonnemaïson (2002) pode nos ajudar a compreender a história e a cultura da população da região do Contestado. A resistência de grande parte da população cabocla contra sua desterritorialização na região do Contestado permite-lhe construir uma identidade guerreira. Essa identidade lhes possibilita um senso de pertencimento ao seu território a partir de redes complexas de sociabilidade. Para esse fim, a territorialização dos Caboclos na região do Contestado é o resultado de sua resistência. Não é uma mera ocupação geográfica espacial⁸ mas é também o resultado de uma construção territorial da população a partir de sua história, sua identidade cultural, bem como do patrimônio material e imaterial dessa guerra. Nessa lógica, a relação identidade-território foi construída ao longo do tempo no processo de territorialização dos patrimônios.

Para Haesbaert (2007), a territorialidade é um processo cuja fundação é estritamente política. Nesse sentido, valorizar e preservar a herança de um povo também é uma decisão política. Em qualquer território, existem contraditórias relações de poder. Portanto, a territorialização do patrimônio de um povo está no centro desse conflito. É por isso que Miranda e Monken (2009, p.2) definem a territorialização:

como um processo que pode ser entendido como um movimento historicamente determinado pela expansão do modo de produção capitalista e seus aspectos culturais. Dessa forma, caracteriza-se como um dos produtos sócio-espaciais das contradições sociais sob a tríade econômica, política e cultural que determina as diferentes territorialidades no tempo e no espaço - as territorialidade e as re-territorialidade. Por isso, a perda ou a constituição dos territórios nasce dentro da própria territorialização e do próprio território. Ou seja, os territórios encontram-se em permanente movimento de construção, desconstrução e re-construção.

A partir dessa definição, entende-se que o patrimônio de um povo nasce em um processo de territorialização. A legitimação do patrimônio no território é a expressão do modo de produção capitalista e de sua expansão. Como resultado, valorizar e preservar o patrimônio de uma população também é uma decisão econômica. Nessa perspectiva, os patrimônios têm um valor de mercado no interesse do capital.

Levando em conta a importância econômica do patrimônio e a não patrimonialização da região estudada, torna-se necessário compreender por que os poderes estaduais da região do Contestado e o governo federal têm demonstrado desprezo pelo patrimônio dos Caboclos. Antes disso, faremos uma breve apresentação conceitual do patrimônio e estabeleceremos os vínculos existentes entre o território e o patrimônio.

⁸Milton Santos (2006) define espaço geográfico como “um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ação. Pode ser considerado como um híbrido incorporando o processo de sua essência.

Dialética entre patrimônio e território

A relação entre patrimônio e território deve ser abordada a partir da sua proximidade e da sua consubstancialidade. De acordo com Gravari-Barbas (2016), a compreensão do surgimento da noção de patrimônio no Ocidente está arraigada na noção de território, para entender a patrimonialização como um processo dinâmico. Dessa forma, a herança é um bem comum territorializado, sendo a própria expressão do território. Este, por sua vez, é estruturado em suas representações pelos elementos patrimoniais que o corporificam.

Ao admitir que o território, como símbolo de identidade de um grupo social, pode ser objeto de uma representação e transmissão patrimonial, então, territorialização e patrimonialização podem ser compreensivelmente entendidos como dois processos paralelos que se alimentam mutuamente. Mas qual é o impacto da territorialização no patrimônio? Em suma, como entender a noção de patrimônio no processo de territorialização?

De acordo com o Donnat (2008), a palavra patrimônio vem do latim "*patrimonium*", que significa a herança do pai e, originalmente, significava a propriedade da família que havia sido herdada de ancestrais. Atualmente, porém, o conceito de patrimônio é entendido em um sentido mais amplo, abrangendo monumentos, paisagens, história, cultura, mas também tradições e gastronomia.

Além disso, de acordo com esse relatório, com o surgimento do nacionalismo e do Estado-nação no século XIX, o termo patrimônio se tornou um conceito mais amplo e aplica-se a um conjunto de propriedade comum que deve ser protegido pela sociedade e pelo Estado, porque esses carregam um valor de identidade para a nação. A definição de Vernières (2012) segue quase na mesma direção com o Donnat (2008).

Para Vernières (2012), o patrimônio é um conjunto de bens coletivos. A herança do povo tem um conjunto de valores ligados ao seu passado e que deseja transmitir aos seus descendentes. Trata-se de bens materiais e imateriais, que têm como uma das características essenciais a de ligar as gerações passadas e futuras. O patrimônio está, portanto, ligado à uma herança que deve ser transmitida, oriunda da história, mais ou menos antiga, do território estudado. O patrimônio, nesse sentido, necessariamente tem uma dimensão coletiva. Sua conservação é, portanto, de interesse geral sendo um bem coletivo no sentido econômico da palavra. Portanto, como qualquer bem, o patrimônio tem um valor como um recurso que pode contribuir para o desenvolvimento do território que o gerou.

Portanto, o patrimônio é parte integrante da matriz de recursos do território, revelando o patrimônio material e imaterial como bem comum público nele ancorado, sendo uma das bases da construção de uma nação. Também está envolvido na construção do território de um grupo social. Desse ponto de vista, há uma relação dialética entre o patrimônio que pode ser considerado como um dos conteúdos do território e o território que contém esses patrimônios. Assim, bens materiais e imateriais produzem o sentido e a identidade de um território.

Nessa mesma perspectiva, os patrimônios dos caboclos fazem parte da construção da região do Contestado. Quando tratamos sobre os patrimônios dos Caboclos, estamos nos referindo ao patrimônio material e imaterial dessa população.

No caso da população cabloca da região do Contestado, pode-se caracterizar como seus patrimônios imateriais: a história e a cultura dos caboclos que moldam seu estilo de vida. Quanto aos aspectos materiais observados no trabalho de campo e na revisão de literatura levantada tem-se: as ruínas da via férrea da região; os museus: História "Josette Dambrowski" de Matos Costa e histórico e antropológico do contestado de Caçador; a praça do centenário da guerra de contestado; o Parque Municipal do monge João Maria; o crematório dos cadáveres de Perdizinhas; Serra de Boa Esperança; os cemitérios; Fonte de São João Maria etc.

A partir do que observamos no trabalho de campo todos esses elementos mencionados poderiam constituir o patrimônio material e imaterial dos caboclos da região do Contestado, sendo esses bens patrimoniais constituídos como um conjunto de valores que estão vinculados ao passado dessa população. Esses patrimônios, atualmente, constituem a espinha dorsal da transmissão de valores sociais e culturais para as gerações mais jovens da região do Contestado. É necessário dizer que, além da importância do patrimônio na construção da identidade de um povo, os municípios da região demoraram cem anos para construir efígies que traçassem a história da Guerra do Contestado. Apesar de tudo, alguns desses monumentos não são protegidos e estão em situação de abandono.

Figura 2: Vala dos corpos próxima do rio Lava Tripa



Fonte: autor do artigo, 2018

A Figura 2 apresenta um monumento que marca a memória dos milhares de mortos durante a guerra no município de Timbó Grande/SC. Esse monumento está num espaço dilapidado e abandonado, no entanto, é o lugar onde milhares de mártires estão enterrados. Fraga (2014), em um artigo sobre o município de Timbó Grande, relatou os atos bárbaros do exército brasileiro neste local:

A Páscoa de 1915 foi marcada, no vale de Santa Maria, pela fome desesperadora, pelos bombardeios quase ininterruptos do Exército brasileiro – havia sido a páscoa do genocídio. Os caboclos confinados naquele fundo de vale foram impiedosamente atacados pelo poder militar da “república do diabo” ao longo dos dias e noites da Quinta-feira Santa, Sexta-feira Santa, Sábado de Aleluia, e as tropas de Potyguara [...] adentraram Santa Maria no domingo da Páscoa. Um telegrama avisou ao Brasil, a Santa Catarina e ao Paraná que Santa Maria havia caído, que tudo estava queimado e que havia sido eliminada da região a dita horda de facínoras que pesteavam a paz nos planaltos e vales do Contestado. [...] Este ataque militar estava causando a queima de 902 casas, uma igreja, a morte de 133 caboclos e 22 soldados. E quando chega ao fundo do vale, aponta em seu relatório, outros 91 rebeldes e 18 soldados mortos (FRAGA, 2014, p.2).

O vale de Santa Maria é um lugar de memória, que deve ser protegido, conservado e valorizado pelo Estado. No entanto, encontra-se em estado de abandono. Deve ser enfatizado que, mesmo que as autoridades estaduais e federais não tenham garantido a promoção e manutenção desse patrimônio, a construção desse monumento pelo município de Timbó Grande/SC tem um grande sentido na transmissão de conhecimento sobre a guerra do Contestado. É necessário enfatizar vários outros monumentos que caracterizam a guerra do

Contestado estão quase em condições semelhantes. Tomemos o caso do Parque Municipal de João Maria retratado com a Figura 3:

Figura 3: Parque Municipal de João Maria



Fonte: Autor do artigo de 2018

Observamos que o Parque Municipal de João Maria é, até agora, considerado como um espaço sagrado. É um lugar onde as pessoas vão para rezar e fazer pedidos. Nesse parque, há uma fonte de água que os praticantes consideram a água sagrada com a qual se pode realizar milagres. Contudo, destaca-se que esse parque não é o único espaço sagrado na região do Contestado. A Serra da Boa Esperança é também considerado pela população local um espaço sagrado. Porém, é necessário indicar que cada espaço sagrado tem sua própria história na Guerra do Contestado, uma vez que cada um deles tem um valor simbólico na construção da identidade dos Caboclos da região. Assim, parece que, no tempo da guerra, o uso dos espaços estava ligado com estratégias de defesa e de resistência dos Caboclos contra o exército brasileiro.

Os lugares do patrimônio da região do Contestado nos permitem reviver o passado. Eles nos ajudam a lembrar e traçar a história e os valores de outras pessoas que viveram antes de nós, testemunhando não somente o heroísmo dos Caboclos, também mostram como o Estado brasileiro foi erigido em um tormento para exterminar a população cabocla. O crematório dos cadáveres de Perdizinhas é um exemplo vivo da brutalidade do Estado brasileiro na época, contra sua própria população. Um Estado que queimou os corpos de seus próprios filhos aos interesses do capital estrangeiro.

Além disso, foi possível observar que a herança patrimonial dos Caboclos ultrapassa a Guerra do Contestado. O Museu de História "Josette Dambrowski", no município de Matos Costa/SC, não somente evidencia fatos em conexão com a Guerra do Contestado, como

também torna visível a história geral da vida dos Caboclos. Há objetos de arte nesse museu que foram usados pelos Caboclos durante suas viagens por terra revelando as maneiras e formas de viver dos ancestrais da região. Todas essas memórias constituem o patrimônio dos Caboclos e nesse museu, representa o conhecimento que essa população compartilha com os outros no mundo. Então, é um arquivo que mantém o passado dos caboclos para que não se decomponha.

Deve-se notar que todos esses esforços para reviver a história e a cultura dos Caboclos é resultado do trabalho dos municípios da região. Assim, as atitudes dos governos estaduais e do governo federal evidenciam o desprezo e a desvalorização da patrimonialização histórica e cultural dessa população. O não-investimento no patrimônio e o silêncio que existem em relação a essa guerra são dois elementos que podem nos ajudar a entender o desprezo e a desvalorização desses governos. Assim, o território do Contestado e seu patrimônio são marcados pelo desprezo desde o fim da guerra, mesmo com a existência de um marco legal sobre a proteção dos patrimônios de todos os grupos étnicos e sociais do país.

Patrimônios dos caboclos e desprezo pelo Estado brasileiro

De acordo com o artigo 115 da Constituição Federal Brasileira de 1988, o Estado tem o dever de defender e valorizar o patrimônio cultural brasileiro. Essa Constituição prevê uma lei que estabelece um plano cultural nacional para orientar o desenvolvimento de programas e ações culturais. Essa lei garante a valorização, o conhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil.

Além disso, o artigo 116, da mesma Constituição Federal, define patrimônio cultural como todos os bens materiais e imateriais, considerados individualmente ou em conjunto, com referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira. No que diz respeito a esses dois artigos, a cultura não é apenas uma expressão simbólica, é também um direito à cidadania e um dever do Estado de valorizar e preservar todos os patrimônios do país. No entanto, no caso do patrimônio dos Caboclos, percebe-se que tais prescrições legais estão longe de serem aplicadas para a valorização e preservação do patrimônio dessa população.

Podemos explicar o desprezo dos governos estaduais e do governo federal do patrimônio dos caboclos por meio de dois elementos. Primeiro, a guerra da região do Contestado foi uma disputa do Estado contra os Caboclos camponeses, fruto do interesse do capital norte-americano. Consequentemente, ao tornar visíveis as heranças patrimoniais dessa guerra, revela-se também que o Estado foi um aparato repressivo contra a população dessa região. Nessa perspectiva, o Estado brasileiro não tem interesse, sem pressões de uma sociedade civil organizada,

patrimonializar a história dessa guerra. Em segundo lugar, a invisibilidade do patrimônio dos caboclos está ligada aos próprios interesses do Estado.

De acordo com a perspectiva marxista, o Estado sempre defende o interesse da classe dominante. A guerra da região do Contestado esteve a favor do capital estrangeiro visando a expansão do capital norte-americano em detrimento da população cabocla da região. Nesse sentido, a valorização da herança histórica dos caboclos possibilita colocar no palco o verdadeiro rosto do Estado, como um instrumento da classe dominante.

É certo que os textos legais, por si só, não podem preservar e tornar visíveis os patrimônios da região do Contestado sem a mobilização de uma sociedade civil organizada. Assim, ainda que o marco legal do patrimônio seja um instrumento necessário, a resistência da população pela valorização e preservação de seu passado histórico e cultural é fundamental.

Atualmente, vemos, ainda que lentamente, que algumas organizações da sociedade civil da região do Contestado querem romper esse silêncio existente por mais de um século. O teatro infantil sobre a resistência e as práticas dos caboclos, observado durante a pesquisa de campo, no município de Timbó Grande/SC é um evento cultural com o objetivo de valorizar o passado dos caboclos. Apesar dos governos estaduais e federal não terem ajudado os municípios interessados a valorizar e preservar o patrimônio dos Caboclos, alguns cidadãos da região não querem que seu passado ancestral seja esquecido, por isso, organizam atividades socioculturais para manter e fortalecer essa memória.

O desprezo pela memória de resistência da população cabocla não aparece apenas através de seu patrimônio, nota-se que eles estão esquecidos em quase todos os setores da vida nacional. Exemplo disso é que, até o momento, essa região ainda não possui uma universidade ou um hospital público de referência. Os municípios da região possuem pequeno porte e não conseguem atender às expectativas e necessidades da sua população. Tomando o exemplo de Timbó Grande⁹, a incidência¹⁰ de pobreza atingiu 41,6% da população desse município. Em 2006, a taxa de mortalidade infantil municipal foi de 21,7 óbitos por 1.000 nascidos vivos, enquanto a média de Santa Catarina e do Brasil foi de 12,6 e 16,4 óbitos por 1.000 nascidos vivos, respectivamente.

Tomamos como referência dois indicadores, sendo um de pobreza e outro de saúde, para justificar nossa posição. Mas, nossa observação em campo nos permite dizer que com outro

⁹ Tomamos como exemplo o Timbó Grande, contudo, nossa observação nos permite entender que a realidade econômica e sociocultural de outros municípios da região é quase a mesma.

¹⁰ De acordo com o IBGE (2006), a pobreza absoluta é medida com base em critérios definidos por especialistas, ao analisarem a capacidade de consumo das pessoas, considerando como pobre a pessoa que não consegue acessar uma alimentos e os bens mínimos necessários para sua sobrevivência.

indicador de outra área, a situação pode não ser muito diferente. É necessário dizer que, atualmente, o sofrimento herdado da guerra do Contestado ainda é palpável no cotidiano da população da região, persistindo significativos níveis de desigualdade social mesmo apesar do fim da guerra em 1916. A população cabocla sofre com a falta de acessibilidade aos serviços sociais. Os governos estaduais da região e governo federal ainda não parecem conscientes ou atentos ao problema, o que leva os Caboclos à continuarem na resistência e lutas para garantir sua existência na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tratou dos conceitos de patrimônio e território. As observações e informações coletadas durante a pesquisa na região do Contestado nos permitiu compreender que a guerra causou a morte de milhares de caboclos injustamente. Municípios da região de Contestado constroem monumentos a fim de imortalizar esse passado histórico. Esses patrimônios permitem a população dessa região reviver sua história conectando com a civilização do passado. O patrimônio material e imaterial descreve a identidade cultural dos Caboclos na luta pela sua existência.

Ressaltamos que, apesar das prescrições constitucionais existentes na matéria, os governos estaduais e governo federal demonstram desprezo pela valorização e preservação dos patrimônios caboclos com a visível falta de investimentos na região. Pode-se dizer que tal desprezo e a desvalorização da herança patrimonial dos caboclos da região é o resultado de um Estado coerente ao serviço da classe burguesa.

REFERÊNCIAS

ABDELGHANI, B. Le rôle du patrimoine dans le développement des territoires en reconversion : cas des anciennes mines d'Ahouli et Mibladen. Maroc : Université Moulay Ismaïl, 2008. Disponível em: <www.org/.Eddleroledupatrimoinedansledevep>. Acesso em: 13 jul 2018.

ALDHUY, J. Au-delà du territoire, la territorialité. Toulouse : Université de Toulouse-Le-Mirail Institut de géographie Daniel Fauche, 2008. Disponível em : <halshs-00278669> Acesso em : 13 jul 2018.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p.83-131.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Salvador : Difel, 1989.

DONNAT, O. Les pratiques culturelles françaises. (2008). Disponível em : <http://www.culturecommunication.gouv.fr>. Acesso em: 12 jul 2018

FRAGA, C. N. **Território e silêncio a bandeira, a guerra e o povo invisível.** Florianópolis : Editora Insular, 2011

----- **Timbó grande, o último reduto, Município planaltino do contestado catarinense, didade das meninas de lábios de mel.** 2014. Disponível em: <http://desacato.info/timbo-grande-o-ultimo-reduto-municipio-do-contestado-catarindnse-cidade-das-meninas>. Acesso em: 15 jul 2018.

----- **Vale da Morte: O Contestado visto e sentido “ entre a cruz de santa Catarina e a espada do Paraná.** 2. ed. Blumenau : Hemisfério Sul, 2015.

GRAVARI-BARBAS, M. Patrimonialisation et territoire : Définition et analyse du régime de patrimonialité contemporain. In colloque international du CIST, 1^{er}, 2011, Paris : Collège international des sciences du territoire, 2011, pp.191-193.

HAESBAERT, R. Territorio e multiterritorialidade: um debate. **Programa de pós-graduação em geografia da UFF**, Fluminense, vol. 9, no17, 2007.

KAISER, J. **Guerra do contestado: a revolta dos caboclos no sertão catarinense.** Florianópolis: Letras Brasileiras; 2014.

LARARIN, K, M. FANÁTICOS, REBELDES E CABOCLOS: discursos e invenções sobre diferentes sujeitos na historiografia do contestado. 2005. Dissertação em História Cultural - Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PASTORINI, A. **A categoria “ questão social” em debate.** São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, N. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET, M, A; SPOSITO, E, S. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: CANDIOTTO, L.; ALVES, A.; CARRIJO, B. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo : Expressão popular, 2008. P.15-31.

TEIDER, T, M, M ; FRAGA, C, N. O Contestado vive!: entre o espaço sagrado de João Maria e o assentamento contestado, resistências sobre a invisibilidade secular na lapa-pr. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 3, p. 184 – 198, 2017.

VERNIERES, M. **La contribution du patrimoine au développement local : enjeux et limites de sa mesure.** Paris : CES-Université de Paris 1, 2012.